



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4750 - Bairro Centro Político e Administrativo
CEP 78049-941 - Cuiabá - MT - <http://www.tre-mt.jus.br/>

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0810958/2024

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objetivo a contratação de serviços de formação e capacitação de servidores públicos e agentes políticos sobre o tema **Liberdade Religiosa e Laicidade Colaborativa**, conforme estabelecido na Resolução CNJ 440/2022, que institui a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

2. JUSTIFICATIVA

A religião é um fenômeno social de importância fundamental, permeando tanto a esfera privada quanto a pública, sendo um direito constitucional a liberdade de crença e de religião. A Constituição Federal de 1988 institui o modelo de **laicidade colaborativa**, que busca harmonia e cooperação entre o Estado e as diferentes manifestações religiosas.

Contudo, verifica-se que há uma lacuna na formação sobre as bases desse direito fundamental e os limites de cooperação entre o Estado e as religiões. A proposta tem como finalidade suprir essa necessidade e promover o cumprimento do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF/88), por meio de palestras de formação para servidores públicos.

3. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Capacitar agentes públicos e servidores sobre os fundamentos da liberdade religiosa e o regime de laicidade colaborativa no Brasil, de forma a aprimorar sua atuação em consonância com os preceitos constitucionais e a Resolução CNJ 440/2022.

Objetivos Específicos

- Oferecer conhecimento teórico sobre o fenômeno religioso na sociedade brasileira;
- Esclarecer os direitos à liberdade de crença e religiosa, previstos na Constituição;
- Apresentar o conceito e a prática da laicidade colaborativa no contexto da administração pública;
- Discutir as implicações da laicidade na gestão do interesse público e nos processos legislativos.

4. TEMAS A SEREM ABORDADOS

O treinamento será composto por aula de 2 horas, abordando os seguintes temas:

- Compreensão da religião na sociedade brasileira;
- Liberdade de Crença e Liberdade Religiosa;
- A Laicidade Colaborativa Brasileira;
- A Administração Pública e o interesse público no contexto da laicidade.

5. METODOLOGIA

O treinamento será conduzido por especialistas de renome nacional, com experiência acadêmica e prática na área de direito religioso e laicidade. A capacitação será ministrada de forma **presencial**, com apresentação expositiva, debates e troca de experiências.

6. PÚBLICO-ALVO

O treinamento é voltado para **servidores públicos** e **agentes políticos**, especialmente servidores envolvidos em processos de controle e comunicação, além de outros profissionais ligados à administração pública.

7. CRONOGRAMA

A palestra será realizada na **data de 7 de novembro de 2024**, em local a ser definido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

8. VALOR ESTIMADO

O valor estimado para a realização da palestra é de **R\$ 8.000,00** (oito mil reais), referente aos honorários dos palestrantes. Este valor abrange todos os custos com a preparação e execução das atividades.

9. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Os palestrantes responsáveis pela formação são os professores:

- **Prof. Me. Thiago Rafael Vieira** - Especialista em Direito Religioso, com ampla experiência na área de liberdade religiosa e laicidade;
- **Prof. Me. Jean Marques Regina** - Reconhecido por sua atuação acadêmica e prática em temas de Direito Religioso e colaboração Estado-Igreja.

Os currículos Lattes dos diretores do curso podem ser conferidos nos links abaixo:

- [Currículo Lattes Thiago Rafael Vieira](#)
- [Currículo Lattes Jean Marques Regina](#)

10. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que, ao término da formação, os servidores públicos e agentes políticos estejam aptos a compreender e aplicar os princípios constitucionais relacionados à

liberdade religiosa e à laicidade colaborativa, promovendo uma gestão pública mais consciente e alinhada com os preceitos do bem comum.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

A confirmação da realização do evento dependerá da aprovação e formalização dos trâmites necessários pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

Cuiabá/MT, datado e assinado eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO GONCALVES DELGADO, CHEFE DE SEÇÃO**, em 10/09/2024, às 12:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link "[Verificador](#)" informando o código verificador **0810958** e o código CRC **C86E269D**.